



REGULAMENTO COMBATE À CORRUPÇÃO

CAPÍTULO I

Disposições gerais

Artigo 1.º

Objecto

O presente Regulamento estabelece o regime de responsabilidade por comportamentos antidesportivos, contrários aos valores da verdade, da lealdade e da correcção e susceptíveis de alterarem fraudulentamente os resultados da competição.

Artigo 2.º

Definições

Para os efeitos da presente lei, considera -se:

- a) «Dirigente desportivo» o titular do órgão ou o representante da pessoa colectiva desportiva, quem nela tiver autoridade para exercer o controlo da actividade e o director desportivo ou equiparado;
- b) «Técnico desportivo» o treinador, o orientador técnico, o preparador físico, o médico, o massagista, os respectivos adjuntos e quem, a qualquer título, orienta praticantes desportivos no desempenho da sua actividade;
- c) «Árbitro desportivo» quem, a qualquer título, principal ou auxiliar, aprecia, julga, decide, observa ou avalia a aplicação das regras técnicas e disciplinares próprias da modalidade desportiva;
- d) «Empresário desportivo» quem exerce a actividade de representação, intermediação ou assistência, ocasionais ou permanentes, na negociação ou celebração de contratos desportivos;
- e) «Pessoas colectivas desportivas» os clubes desportivos, as sociedades desportivas, as federações desportivas, associações e agrupamentos de clubes



FEDERAÇÃO PORTUGUESA DE AIKIDO

nelas filiados, bem como as pessoas colectivas, sociedades civis ou associações de facto que se dedicam à actividade de empresário desportivo;

f) «Agente desportivo» as pessoas singulares ou colectivas referidas nas alíneas anteriores, bem como as que, mesmo provisória ou temporariamente, mediante remuneração ou a título gratuito, voluntária ou obrigatoriamente, a título individual ou integradas num conjunto, participem em competição desportiva ou sejam chamadas a desempenhar ou a participar no desempenho de competição desportiva;

g) «Competição desportiva» a actividade desportiva regulamentada, organizada e exercida sob a égide das federações desportivas ou das ligas profissionais, associações e agrupamentos de clubes nelas filiados ou das instâncias internacionais de que aquelas pessoas colectivas façam parte;

h) “FPA” Federação Portuguesa de Aikido.

Artigo 3.º

Responsabilidade disciplinar

Comete ilícito disciplinar o dirigente, técnico, árbitro, praticante ou agente desportivo inscrito na FPA que praticar acto susceptível de ser qualificado como de corrupção activa, passiva, tráfico de influência ou associação criminosa, nos termos da lei e do presente regulamento.

Artigo 4.º

Âmbito de aplicação

O presente regulamento aplica-se aos dirigentes, técnicos, árbitros, praticantes ou agentes desportivos inscritos na FPA.

Artigo 5.º

Concurso

O exercício da acção penal ou a aplicação de penas ou medidas de segurança pelos crimes previstos na lei não impedem, suspendem ou prejudicam o



FEDERAÇÃO PORTUGUESA DE AIKIDO

exercício do poder disciplinar ou a aplicação de sanções disciplinares nos termos do presente regulamento.

Artigo 6.º

Denúncia obrigatória

Os titulares dos órgãos e os funcionários da FPA, associações e agrupamentos de clubes nela filiados devem transmitir ao Ministério Público notícia dos crimes previstos na presente lei de que tenham conhecimento no exercício das suas funções e por causa delas.

Artigo 7.º

Direito subsidiário

Aos ilícitos previstos no presente regulamento são subsidiariamente aplicáveis as disposições do Código Penal.

CAPÍTULO II

Ilícitos

Artigo 8.º

Corrupção passiva

O agente desportivo que por si ou mediante o seu consentimento ou ratificação, por interposta pessoa, solicitar ou aceitar, para si ou para terceiro, sem que lhe seja devida, vantagem patrimonial ou não patrimonial, ou a sua promessa, para um qualquer acto ou omissão destinados a alterar ou falsear o resultado de uma competição desportiva é punido com a sanção de suspensão de 1 a 5 anos.

Artigo 9.º

Corrupção activa

1 — Quem por si ou mediante o seu consentimento ou ratificação, por interposta pessoa, der ou prometer a agente desportivo, ou a terceiro com conhecimento



daquele, vantagem patrimonial ou não patrimonial, que lhe não seja devida, com o fim indicado no artigo anterior, é punido com sanção de suspensão até 3 anos.
2 — A tentativa é punível.

Artigo 10.º

Tráfico de influência

1 — Quem por si ou mediante o seu consentimento ou ratificação, por interposta pessoa, solicitar ou aceitar, para si ou para terceiro, vantagem patrimonial ou não patrimonial, ou a sua promessa, para abusar da sua influência, real ou suposta, junto de qualquer agente desportivo, com o fim de obter uma qualquer decisão destinada a alterar ou falsear o resultado de uma competição desportiva é punido com sanção de suspensão até 3 anos.

2 — Quem por si ou mediante o seu consentimento ou ratificação, por interposta pessoa, der ou prometer a outra pessoa vantagem patrimonial ou não patrimonial para o fim referido no número anterior é punido com sanção de suspensão até 2 anos.

Artigo 11.º

Associação criminosa

1 — Quem promover, fundar, participar ou apoiar grupo, organização ou associação cuja finalidade ou actividade seja dirigida à prática de um ou mais ilícitos previstos na lei ou no presente regulamento é punido com sanção de suspensão de 1 a 5 anos.

2 — Quem chefiar ou dirigir os grupos, organizações ou associações referidas no número anterior é punido com a sanção nele prevista agravada de um terço nos seus limites mínimo e máximo.

3 — Para os efeitos do presente artigo, considera-se que existe grupo, organização ou associação quando esteja em causa um conjunto de, pelo menos, três pessoas actuando concertadamente durante um certo período de tempo.



Artigo 12.º

Agravação

1 — As sanções previstas no artigo 8.º e no n.º 1 do artigo 10.º são agravadas de um terço nos seus limites mínimo e máximo se o agente for dirigente desportivo, árbitro desportivo, empresário desportivo ou pessoa colectiva desportiva.

2 — Se os ilícitos previstos no artigo 9.º e no n.º 2 do artigo 10.º forem praticados relativamente a pessoa referida no número anterior, o agente é punido com a sanção que ao caso caberia, agravada de um terço nos seus limites mínimo e máximo.

Artigo 13.º

Atenuação especial e dispensa de pena

1 — Nos ilícitos previstos no presente regulamento:

- a) A sanção é especialmente atenuada se o agente auxiliar concretamente na recolha das provas decisivas para a identificação de outros responsáveis;
- b) O agente é dispensado de pena se repudiar voluntariamente, antes da prática do facto, o oferecimento ou a promessa que aceitara ou restituir a vantagem ou, tratando-se de coisa fungível, o seu valor.

2 — No ilícito previsto no artigo 11.º, a sanção pode ser especialmente atenuada ou não ter lugar a punição se o agente impedir ou se esforçar seriamente por impedir a continuação dos grupos, organizações ou associações ou comunicar à autoridade a sua existência de modo a esta poder evitar a prática de crimes.



FEDERAÇÃO PORTUGUESA DE AIKIDO

CAPÍTULO III

Disposições finais

Artigo 14.º

Prevenção

As FPA e pessoas colectivas nela filiadas promovem anualmente acções formativas, pedagógicas e educativas com a finalidade de sensibilizar todos os agentes desportivos para os valores da verdade, da lealdade e da correcção e prevenir a prática de factos susceptíveis de alterarem fraudulentamente os resultados da competição.

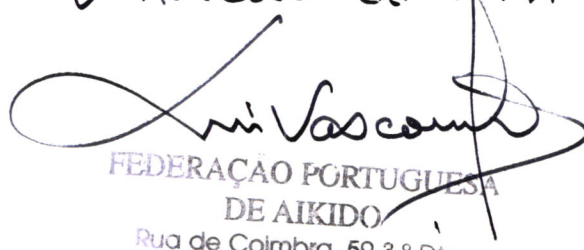
Artigo 15.º

Norma revogatória

São revogadas quaisquer normas regulamentares relativas ao combate à corrupção anteriormente emitidas pela FPA.

APROVADO EM REUNIÃO DE DIRECÇÃO DE 28 DEZEMBRO DE 2016

O Presidente da FPA



FEDERAÇÃO PORTUGUESA
DE AIKIDO
Rua de Coimbra, 59-3.º Dto
2775-539 CARCAVELOS